

CICLO DE ENCONTROS DOS GRUPOS TEMÁTICOS DO
**CONSELHO SUPERIOR DO CENTRO
DE ALTOS ESTUDOS EM CONTROLE E
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

CECAP

GT 2

**DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO**

ATA RESUMIDA

1ª REUNIÃO

Realizada em
9/05/2022



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

MINISTROS

Ana Arraes (Presidente)
Bruno Dantas (Vice-Presidente)
Walton Alencar Rodrigues
Benjamin Zymler
Augusto Nardes
Aroldo Cedraz
Raimundo Carreiro
Vital do Rêgo
Jorge Oliveira

MINISTROS-SUBSTITUTOS

Augusto Sherman Cavalcanti
Marcos Bemquerer Costa
André Luis de Carvalho
Weder de Oliveira

MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TCU

Cristina Machado da Costa e Silva (Procuradora-Geral)
Lucas Furtado (Subprocurador-Geral)
Paulo Soares Bugarin (Subprocurador-Geral)
Marinus Eduardo de Vries Marsico (Procurador)
Júlio Marcelo de Oliveira (Procurador)
Sérgio Ricardo Costa Caribé (Procurador)
Rodrigo Medeiros de Lima (Procurador)

CICLO DE ENCONTROS DOS GRUPOS TEMÁTICOS DO
**CONSELHO SUPERIOR DO CENTRO
DE ALTOS ESTUDOS EM CONTROLE E
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

1ª REUNIÃO



**DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO**

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, BRASÍLIA, 2022

© Copyright 2022, Tribunal de Contas de União

Impresso no Brasil / *Printed in Brazil*



<https://portal.tcu.gov.br>

Permite-se a reprodução desta publicação,
em parte ou no todo, sem alteração do conteúdo,
desde que citada a fonte e sem fins comerciais.

Degravação da ata resumida 1ª Reunião Ordinária do
Grupo de Trabalho 2 do Conselho Superior do Centro
de Altos Estudos em Controle e Administração Pública
– CECAP/TCU, realizada em 9 de maio de 2022, em
Brasília-DF.

CONSELHEIROS

- Affonso Pastore
- Anielle Guedes (não participou)
- Luiz Humberto
- Nina Silva (não participou)
- Sebastião Helvécio

PARTICIPANTES DO TCU

- Andreia Rocha Bello de Oliveira (SecexDesenvolvimento)
- Keyla Araújo Boaventura (SeinfraUrbana)
- Ana Paula Silva da Silva (Controle Externo – Área Social)
- Carlos Borges Teixeira (SecexFinanças)
- Hamilton Caputo Delfino Silva (SEC-SP – Secretaria do TCU no Estado de São Paulo)
- Manoel Moreira de Souza Neto (Coinfra – Coordenador Geral de Controle Externo de Infraestrutura)

ANDREIA ROCHA

Boas-vindas a todos. Dando início a um novo ciclo do CECAP, propusemos esta primeira reunião para sugerir temas para discussão.

(Introdução sobre os propósitos do Grupo Temático 2 (GT-2) e sobre a condução de seus trabalhos.)

Apresentações:

- **Contexto econômico brasileiro:**
 - » PIB per capita
 - » Produtividade
 - » Inovação
- **Temas prioritários para discussão no GT-2:**
 - » Inovação e competitividade da economia
 - » Qualidade regulatória
 - » Redução das desigualdades sociais
 - » Sistema tributário (equidade, neutralidade, simplicidade e eficiência)
 - » Qualidade do gasto na infraestrutura
- Auditoria de políticas públicas de fomento à inovação no setor produtivo
- Apresentação: Acompanhamento da elaboração da Política Nacional de Inovação
- Recomendações do TCU
- Fiscalizações em andamento
- Outros trabalhos de interesse do CECAP (concluídos, planejados e em andamento)

KEYLA BOAVENTURA

Apresentações:

- Composição da SeinfraUrbana e seus Objetivos Estratégicos
- TCU e as obras paralisadas (cronologia / causas / situação apurada)
- Monitoramento (Acórdãos 1.079/2019-Plenário e 1.328/2020-Plenário)
- Recomendações expedidas ao Ministério da Economia
- Acórdão 1.328/2021-Plenário:
 - » cerca de 7 mil obras paralisadas
 - » mais de 11 mil sumiram dos bancos de dados
- Situação das obras do PAC (2018/2019/2020) e comparação no período
- Encaminhamentos / determinações expedidas
- Constatação: o problema é estrutural
- Como o TCU pode contribuir ainda mais para a solução do problema das obras paralisadas?
- Plano de Ação:
 - » Objetivo:
"Reunir especialistas que possam auxiliar na realização de estudos e ações que contribuam para identificar os principais gargalos relacionados ao desenvolvimento econômico do país e apontar caminhos para a recuperação sustentável da economia brasileira, em benefício da população".
- Atividades propostas ao grupo: webinar; dois painéis de referência; relatório final.

SEBASTIÃO HELVÉCIO

Três pontos:

- 1.** Em relação ao desenvolvimento regional, os Estados se mostram mais voltados à identificação de territórios, visando economia de escala; entendo que a utilização dos consórcios municipais irá produzir resultados interessantes;
- 2.** Desafio em relação à inovação: dar um primeiro passo no sentido de avaliar as políticas públicas dentro da *Guideline 2090* da Intosai. Creio que obrigação de apresentar resultados inibe iniciativas na inovação. Deve-se focar nas políticas em vez de na responsabilização dos gestores;
- 3.** Em relação às obras paralisadas, é necessário um monitoramento mais bem estruturado, a exemplo do Instituto Ruy Barbosa (/Atricon/CNJ); talvez unir os 33 Tribunais de Contas nacionais em um cardápio único de obras nos âmbitos Federal, Estadual e Municipal.

8

AFFONSO PASTORE

Gostaria de fazer uma conexão entre a situação da Educação e as obras paradas: entendo que o investimento em creches (0 a 3 anos) produz o maior retorno social possível, é nessa fase que as conexões são formadas, preparando a criança para as fases de aprendizado posteriores.

- 1.** Deveríamos constituir uma meta de universalização de atendimento nessa faixa da primeira infância;
- 2.** O ensino integral explica o sucesso dos casos de Pernambuco e Ceará;
- 3.** A estrutura etária da população vem mudando, com diminuição do número de filhos em razão da qualificação de um maior número de mulheres. Entendo que seria positivo desamararr o vínculo de des-

pesas, para que prefeitos pudessem construir creches em vez de escolas, dentro dos limites constitucionais de gastos com educação, sem que isso se constitua desvio de objeto ou finalidade;

4. A Administração Federal deveria ser pressionada a melhorar a alocação de recursos do orçamento.

KEYLA BOAVENTURA

Esse tema vem sendo bastante discutido no âmbito do TCU: “como podemos contribuir para uma melhor distribuição das emendas”. Em relação às emendas de bancada, por exemplo, há um artigo na LDO que obriga que, uma vez iniciadas as despesas das bancadas com alguma obra de grande porte, os recursos a ela destinados devem ser utilizados até a conclusão da obra. Há também deficiências nos órgãos setoriais na destinação dessas emendas. Desejamos apurar se essas obras possuem índice maior ou menor de conclusão. Também entendemos que essa cláusula das emendas de bancada (de permanência da destinação dos recursos a uma obra iniciada) deve ser expandidas às outras formas de emenda.

9

MANOEL MOREIRA

Emendas são um dos pontos-chave de nossa atuação. Obras paralisadas são sintoma de maus gastos.

Nosso instrumento de fiscalização pelo TCU (“Fiscobras”) propicia ao Congresso um acompanhamento mais bem informado das obras públicas.

Nossa ideia é a de permitir um diagnóstico completo do portfólio de investimentos em obras federais, identificando detalhes de todas as obras, por menores que sejam. Inicialmente, podemos divulgar todos esses detalhes no sítio do Tribunal.

Entendo que, atualmente, as alocações não são discricionárias, mas arbitrárias, uma vez que são definidas sem posse das informações necessárias. Ademais, hoje, a sociedade já cobra o controle externo em relação a obras problemáticas.

HAMILTON CAPUTO

Aqui em SP, temos em andamento um trabalho de identificação de recursos de emendas de relator e da observância, ou não, dos critérios estipulados pelas políticas pertinentes.

KEYLA BOAVENTURA

Constatam-se dois problemas principais nessa área:

10

- Baixa confiabilidade dos bancos de dados das obras;
- Passivo: o que fazer com as obras paralisadas (continuidade, restituição etc.).

LUIZ HUMBERTO

Tratando-se de desenvolvimento econômico:

- O risco dos estímulos à inovação está razoavelmente dimensionado, mas é preciso fazer uma ligação entre a inovação e a educação, ou seja, as políticas educacionais devem nortear a busca pela inovação;
- Quanto às obras inacabadas, temos no país um nível baixíssimo de investimento em infraestrutura, e nesse contexto fiscal isso deve prolongar-se. Entendo que não se deve focar tanto nas emendas parlamentares. Não há como se esperar eficiência de 513 cabeças, cada qual

focada em seu reduto. Por outro lado, os parlamentares costumam gostar de participar das inaugurações das obras;

- A sociedade civil já passa uma lupa sobre os relatórios de fiscalização de obras do TCU. É preciso promover uma conexão mais forte entre a Inovação e a Educação, incluindo-se, nisso, uma política industrial, uma vez que o Brasil concentra suas forças no agronegócio e no setor de serviços, faltando-lhe pujança na indústria.

KEYLA BOAVENTURA

A evolução da produtividade do trabalho no Brasil é muito ruim em comparação com outros países; sendo que o desempenho agregado da produtividade é puxado pela evolução relativamente positiva no setor agropecuário, pois a produtividade na indústria e nos serviços é muito baixa.

11

Sobre política industrial, na verdade o Brasil não dispõe de uma política propriamente dita, mas apenas uma série de benefícios tributários para o setor.

LUIZ HUMBERTO

Em relação à auditoria sobre o estímulo tributário ao setor automotivo, o então Subsecretário do Tesouro teceu uma observação importante sobre a ausência de acompanhamento dos benefícios fiscais. Temos, de fato, uma montanha de dinheiro que não é recolhido, e isso se aplica a diversos setores, não apenas ao automotivo.

ANDREIA ROCHA

Sobre benefícios tributários, de fato, esses mecanismos geram uma série de distorções e não são avaliados e revistos com regularidade. O TCU já

produziu uma série de trabalhos relevantes que, inclusive, induziram melhorias na governança desses instrumentos.

AFFONSO PASTORE

A renúncia tributária no Brasil corresponde a 4% do PIB. Para acabar com a pobreza absoluta, seria necessário atingirmos um índice de 0,4%.

Há dois temas subjacentes:

- a.** A captura do orçamento por parte dos relatores;
- b.** A captura da renúncia tributárias por parte dos empresários.

Essas capturas só consideram o lucro e benefício privados, não o bem-estar da população.

12

A sociedade civil precisa se mobilizar contra isso, principalmente por meio de um órgão de controle que divulgue essa perspectiva.

ANDREIA ROCHA

Recentemente, o TCU produziu um Referencial de Controle de Benefícios Tributários, a ser lançado em junho, que irá orientar as fiscalizações nessa área. O cenário é de fato desolador, uma vez que os mecanismos de controle disponíveis aos orçamentos não existem em relação às renúncias fiscais.

LUIZ HUMBERTO

Há de fato uma grande disparidade entre o tamanho das emendas acessíveis aos parlamentares e o tamanho das renúncias fiscais. Poderíamos promover uma discussão envolvendo o Tesouro Nacional e o TCU para ela-

borar um novo produto visando o desenvolvimento econômico a partir de uma melhor destinação dos recursos.

ANDREIA ROCHA

Sim, e podemos produzir uma coletânea desses trabalhos já realizados pelo Tribunal.

KEYLA BOAVENTURA

Em relação ao trabalho das obras paralisadas, a ideia é que os gestores adotem providências em relação a essas carteiras, hoje paralisadas e com recursos orçamentários escassos, e que se aumente o foco em ações preventivas.

13

LUIZ HUMBERTO

Há também a questão da continuidade, tendo em vista que muitos políticos e prefeitos não cumprem seus mandatos até o final.

ANDREIA ROCHA

Chegamos ao final desta reunião. Gostaria de agradecer a colaboração de todos.

PORTAL.TCU.GOV.BR

MISSÃO

**Aprimorar a Administração
Pública em benefício da sociedade
por meio do controle externo.**

VISÃO

**Ser referência na promoção
de uma Administração Pública
efetiva, ética, ágil e responsável.**